

Brasília, 24 de abril de 2013

Caro Senador Cyro Miranda, presidente desta Comissão, senador por Goiás, estado onde passei minha juventude estudante do Lyceu de Goiânia e do Colégio José Carlos de Almeida;

Caro Senador Romero Jucá, parceiro das conquistas do audiovisual brasileiro;

Caro Senador Inácio Arruda, amigo de muitos anos, sempre atento ao cinema brasileiro e às ações da ANCINE;

Senhoras e senhores senadores,

Volto ao Senado Federal com o duplo dever de prestar contas do trabalho realizado à frente da Agência Nacional do Cinema e apresentar o que penso serem os seus desafios para o próximo período.

A atividade audiovisual se desenvolveu intensamente no país ao longo dos últimos anos. O mercado interno cresceu, e a presença da produção brasileira cresceu junto.

Em 2009 o Brasil tinha 2.110 salas de cinema e vendeu 112,7 milhões de ingressos. Em 2012 atingiu 2.550 salas e vendeu 146,4 milhões de ingressos. O serviço se expandiu em direção a periferia das grandes cidades. Em faturamento, saímos da condição de 15º mercado internacional para 12º mercado, o maior da América Latina.

O serviço de TV paga foi o grande destaque neste ciclo de crescimento. Em 2009 o país tinha 7,47 milhões de assinantes, pouco mais de 12,7% dos domicílios brasileiros com TV eram atendidos pelo serviço. Hoje, 30% dos domicílios têm TV por assinatura, são 17 milhões de assinantes.

O ritmo de crescimento anual da TV paga é da ordem de 28%, tendo atingido novas parcelas da sociedade brasileira. Em 2016, quando o Brasil tiver 200 milhões de habitantes, metade dos brasileiros terá acesso ao serviço.

Ao longo dos últimos dois anos começou a se desenvolver no país o Serviço de Vídeo por Demanda em rede dedicada e em ambiente web. O primeiro cresce junto com a expansão do serviço de TV paga. O segundo acompanha a chegada ao país de provedores internacionais e o crescimento das vendas de TVs conectadas.

A televisão aberta brasileira, principal serviço audiovisual do país, presente em todo o território nacional, mantém seu bom desempenho em meio ao crescimento dos outros serviços e avança rapidamente no processo de digitalização. É um ativo importante para a Cultura nacional e a projeção do Brasil no mundo.

A expansão da banda larga fixa e móvel amplia as possibilidades de crescimento dos serviços audiovisuais, e desafia produtores, programadores, distribuidores e o conjunto dos agentes econômicos a redesenharem suas estratégias.

Em sintonia com esta realidade e contribuindo para aperfeiçoá-la, o poder público agiu prontamente.

A aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 11.437, em dezembro de 2006, dotou o país de um sistema de financiamento público complexo e diversificado, capaz de mobilizar parceiros públicos e privados para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Com a lei 11.437, a parceria entre cinema e televisão, e entre esta e a produção independente, se aprofundou. Os recursos arrecadados com a Condecine foram transferidos para o Fundo Setorial do Audiovisual, e este se tornou rapidamente o principal instrumento de financiamento da atividade.

Em 2010 o lançamento do Programa Cinema Perto de Você, com recursos do Fundo do Audiovisual em parceria com o BNDES, reorientou a expansão do parque exibidor em direção às classes C e D, à periferia das grandes cidades e ao interior do Brasil.

A aprovação da lei 12.599, em março de 2012, desonerando a construção e modernização de salas de cinema, acelerou os investimentos do Programa e a digitalização do setor.

A lei 12.599 trouxe ainda ferramentas para defender o mercado publicitário nacional para as produtoras e agências de publicidade brasileiras, detendo o processo de desnacionalização desta atividade e garantindo a permanência de empregos e riquezas no país.

Mas sem dúvida a grande transformação que o mercado audiovisual brasileiro vive é decorrente da aprovação da lei 12.485, em agosto de 2011. A lei 12.485, de iniciativa parlamentar, removeu barreiras à expansão da TV paga, redefiniu o ambiente regulatório do audiovisual, obrigou o carregamento de conteúdo brasileiro pelos canais e empacotadoras, e reforçou expressivamente o Fundo Setorial do Audiovisual com recursos oriundos da atividade.

A lei é expressão de como o Congresso Nacional, atento à realidade do setor, do país e aos interesses da cultura nacional, é capaz de induzir o crescimento e acelerar o desenvolvimento do Brasil. Com apenas um ano e meio de vigência, o conteúdo brasileiro na TV paga quadruplicou, surgiram novos canais brasileiros, e a produção independente está em plena atividade.

Estas conquistas legais, permanentes e estruturantes, foram construídas em plena articulação entre o poder legislativo, o governo federal, a ANCINE, os agentes econômicos do setor e a sociedade civil, tendo como palco privilegiado o Congresso Nacional e o Conselho Superior do Cinema.

Este processo culminou em 2012, após um ano de debates, na aprovação pelo Conselho Superior do Cinema do *Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual – 2011/2020*, guiado pelo objetivo de fazer do Brasil um dos cinco principais mercados mundiais de cinema e televisão em 2020.

O Plano de Diretrizes e Metas consagrou e organizou desafios que a ANCINE e o Ministério da Cultura perseguem há muito: expandir o mercado interno; universalizar o acesso da população aos serviços de comunicação audiovisual; transformar o Brasil num forte centro produtor e programador de conteúdos.

Neste percurso a Política Nacional de Cinema e Audiovisual foi moldada como política de Estado. E alguns resultados se destacam:

- As distribuidoras brasileiras de cinema foram fortalecidas: hoje, detêm um terço do mercado e são responsáveis por mais de 80% do faturamento dos filmes brasileiros.
- A quantidade de filmes brasileiros que estreiam nas salas de cinemas saltou de 30 em 2003 para 86 em 2012; no próximo fim de semana, terão sido lançados apenas nos quatro meses de 2013 o mesmo número de filmes brasileiros de todo o ano de 2003.
- Os investimentos federais em filmes e obras seriadas de produção independente para televisão saltaram de 123 milhões de reais em 2003 para 265 milhões em 2011;
- o número de televisões e programadoras que co-produzem com a produção independente se ampliaram significativamente;
- entrou em evidência a centralidade dos direitos audiovisuais para a consolidação das empresas independentes brasileiras.

Ao longo destes anos a ANCINE se consolidou como agência reguladora e de fomento ao audiovisual brasileiro ao combinar as várias ferramentas recebidas do poder legislativo e do governo federal para que os princípios da política nacional de cinema e audiovisual fixados pela MP 2228-1 e pela lei 12.485 sejam atingidos.

A agência teve seu quadro de servidores efetivos reforçado, aprimorou seus métodos de gestão, aperfeiçoou sua prática regulatória com mais participação social e transparência, dedicou-se a conhecer melhor o mercado audiovisual brasileiro e internacional. Temos nos empenhado por honrar as atribuições reservadas à ANCINE pelo poder público.

Mas há muitos outros desafios!

Precisamos expandir ainda mais o acesso dos brasileiros aos serviços audiovisuais. Por um lado, levar equipamentos e serviços. Por outro, viabilizar os meios e criar a necessidade cultural. O “Cinema Perto de Você” induz a criação de salas, o Vale Cultura, recém aprovado por esta casa e em operação a partir de julho sob a liderança da Ministra Marta Suplicy será decisivo para incorporar os trabalhadores de baixa renda e suas famílias ao público de cinema.

Ainda que os cinemas se multipliquem como nunca, para fazê-los chegar às cidades médias é preciso induzir novos modelos independentes da indústria de shoppings centers, e mobilizar estados e municípios para que sejam parceiros da União e ativos em criar as condições para esta expansão.

A TV por assinatura cresce e altera o consumo audiovisual da maioria dos domicílios, mas são poucas as programadoras brasileiras. É preciso apoiá-las e garantir que uma divisão equilibrada das receitas oriundas da expansão do serviço, as fortaleça no mercado interno. É neste fortalecimento e na internacionalização das programadoras brasileiras, que reside a melhor condição para a inserção internacional plena dos nossos filmes, nossas novelas e séries, nossa música, nosso futebol, nossa Cultura.

Os produtores brasileiros estão em plena atividade, com produção constante. Mas faltam roteiristas, técnicos, atores, desenhistas, produtores e é preciso formar gente e empresas para cada uma dessas atividades. O crescimento da demanda apresenta seu custo e exige resposta rápida.

Os espectadores estão comprando obras audiovisuais sob demanda, mas é preciso cuidar para que todos tenham acesso a esse mercado (com a expansão da banda larga, com o vale-cultura, com a preservação do poder de compra da população) e garantir que as receitas desse mercado remunerem os que produzem os conteúdos. É preciso ainda garantir o poder regulatório do país sobre serviços muitas vezes prestados diretamente do exterior.

Nos próximos quatro anos a agência, em sintonia com o Ministério da Cultura e o Conselho Superior do Cinema, deverá estar atenta a estes e outros desafios e ter como prioridade:

- consolidar a lei 12.485 e implementá-la em toda a sua extensão, expedindo os regulamentos complementares e implantando o sistema de acompanhamento da programação;
- regulamentar os programas de desenvolvimento do setor ampliando a escala e o alcance da ação de fomento do Fundo Setorial do Audiovisual;
- rever o modelo de fomento construído em 1993, perseguindo maior agilidade, eficiência e menos burocracia. O Foco deve estar na eficiência e no resultado da política pública;
- reestruturar a ANCINE para que desempenhe melhor suas atribuições regulatórias e de desenvolvimento;
- Acompanhar a evolução tecnológica e o surgimento de novos serviços audiovisuais decorrentes da universalização da banda larga no país.

Acredito firmemente que o Brasil, em razão do talento dos seus profissionais e artistas, do tamanho da sua população, da força da sua cultura e da riqueza da sua economia, pode se destacar internacionalmente na atividade audiovisual.

Acredito ainda que o projeto de desenvolvimento nacional pelo qual todos nos empenhamos requer que sejamos capazes de produzir e exportar a nossa própria imagem, difundirmos nós mesmos o nosso modo de criar, fazer e viver como preceitua a Constituição Federal.

O bom momento do audiovisual brasileiro é conquista da sociedade, fruto do empenho do poder público em suas várias instâncias, e oferece aos brasileiros inúmeras novas oportunidades de emprego, afirmação cultural e fruição de obras audiovisuais.

Tive a alegria e a sorte de, ao longo destes anos, ter podido contribuir para este momento. Devo a oportunidade ao Presidente Lula e aos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Agradeço a eles e aos Senadores da República a confiança depositada em mim. Dediquei todas as minhas energias ao audiovisual brasileiro e ao processo de construção da ANCINE, procurei empenhar-me nas boas causas.

À Presidenta Dilma e à Ministra Marta Suplicy agradeço o apoio, a confiança e o convite para mais um ciclo à frente da ANCINE. Se eu puder contar mais uma vez com o apoio dos senhores senadores, procurarei honrar a confiança, com dedicação e empenho.

Tenho a energia renovada pelos imensos desafios que o futuro reserva ao Brasil e ao seu audiovisual! Sinto como Humberto Mauro, um dos nossos pioneiros, o cinema como Cachoeira. E tal qual Paulo Emilio, nosso principal pensador, entendo que o futuro do cinema brasileiro está indissolúvelmente ligado aos destinos do país!

Manoel Rangel
Diretor Presidente da ANCINE